



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0001052-26.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**  
Requerente: **LUCIMAR XAVIER DE CARVALHO**  
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que tinha dívida com a ré, quitando-a em trinta e seis parcelas.

Alegou ainda que mesmo assim permaneceu inserida junto a órgãos de proteção ao crédito sem que houvesse justificativa para tanto, de sorte que almeja à declaração da inexigibilidade do débito e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Tomo como de início possível a concessão da tutela de urgência nesta sede, porquanto a providência está em consonância com os princípios norteadores do Juizado Especial Cível e não foi expressamente refutada pela Lei nº 9.099/95.

Rejeito, pois, a matéria preliminar suscitada a esse propósito pela ré em contestação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, os documentos de fls. 02, 90 e 149 comprovam a negativação da autora promovida pela ré.

O terceiro documento atesta que tal ato decorreu do contrato nº 503501080992 por débito apurado em 25/04/2012 no importe de R\$ 4.448,99.

Na mesma direção apontam os outros documentos, com a ressalva de que o de fl. 02 não explicitou o valor a que dizia respeito (o número do contrato e a data do débito eram idênticas às aludidas) e o de fl. 90 não destacou o número do contrato (o valor e a data do débito estão em consonância com o informado a fl. 149).

Assentadas essas premissas, a primeira questão que se apresenta a definir consiste na origem dessa dívida.

Salientou a autora a fl. 01 que ela derivou de termo de confissão de dívida que celebrou no total de R\$ 4.349,75, para pagamento em trinta e seis parcelas com início em 07/03/2012 e término em 07/02/1015.

Esse termo estaria coligido a fls. 10/13, mas de seu exame é possível verificar que na realidade ele foi feito por José Celestrino de Carvalho (ele seria o genitor da autora – fl. 137, sétimo parágrafo).

O montante da dívida repete o que assinalou a autora, valendo notar que o termo de confissão tinha o nº 500000552018.

Não obstante essas divergências, é possível concluir pela identidade entre o débito imputado à autora, ora trazido à colação, e o consignado no referido termo de confissão, tendo em vista que nele há menção de ter-se originado no TOI nº 000701875792 (parte final da cláusula primeira – fl. 10), ou seja, o mesmo que alicerçou aquele débito (isso ficou claro no indeferimento do recurso administrativo interposto pela autora – fls. 05/09 – e em especial a fl. 06, quarto parágrafo, em que o mesmo TOI foi invocado pela ré para dar guarida à dívida atribuída à autora).

Diante desse cenário, entendo que o pedido para a declaração de inexigibilidade do débito há de vingar porque os documentos que instruíram o relato exordial (sobretudo os de fls. 20/85) demonstram o pagamento das prestações assumidas quando da elaboração do termo de confissão de dívida.

As dúvidas suscitadas sobre o tema no despacho de fls. 181/182 foram razoavelmente dirimidas pela autora, de um lado, enquanto de outro a ré não ofertou dados concretos que fizessem crer que a dívida não tivesse sido adimplida e muito menos em que medida.

De qualquer sorte, e ainda que assim não fosse, há outro aspecto que favorece o pleito da autora.

Se é certo que o débito está amparado no TOI já identificado, o mecanismo utilizado para tanto não conduz à convicção de que a irregularidade que lhe rendeu a elaboração efetivamente sucedeu.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA de São Carlos**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem reiteradamente manifestado que o TOI por si só não serve de lastro à existência da fraude que indica, a menos que esteja acompanhado de perícia feita por órgão oficial.

Nesse sentido:

*“A prova da irregularidade, pois, deveria ter sido produzida pela apelante, por meio de perícia sobre o medidor. Alternativamente à produção da prova técnica em juízo, a concessionária deveria, quando da lavratura do TOI, ter promovido regular perícia do aparelho medidor, perante órgão competente vinculado à segurança pública e/ou órgão metrológico oficial, com o acompanhamento pessoal do consumidor interessado, nos termos do art. 72, II, da Resolução 456/00 da ANEEL, que ela própria invoca tantas vezes: 'Art. 72. Constatada a ocorrência de qualquer procedimento irregular cuja responsabilidade não lhe seja atribuível e que tenha provocado faturamento inferior ao correto, ou no caso de não ter havido qualquer faturamento, a concessionária adotará as seguintes providências:*

*(...) II - solicitar os serviços de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, este quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição'. Sem a perícia sobre o aparelho supostamente fraudado, o TOI não gera presunção de veracidade. Ao não viabilizar a prova que lhe incumbia, valendo-se apenas de seu documento unilateral para demonstrar a suposta adulteração, a recorrente assumiu as consequências processuais de sua omissão”* (Apelação nº 0056076-69.2008.8.26.0000, 26ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **REINALDO CALDAS**, j. 27/06/2012 – grifei).

*“A apuração unilateral de eventual fraude no medidor de energia elétrica terá foros de verdade apenas se se acompanhar de perícia isenta, a da polícia científica ou de instituto oficial de metrologia. - Mantém-se declaração de inexigibilidade de débito, se, apesar da ausência de aparelho medidor na unidade consumidora, não se realizou perícia judicial. - Ao dispor sobre revisão de fatura, a Resolução ANEEL nº 456/2000 exorbita e incide em nulidade, porque elege como uma das alternativas o "maior valor de consumo" em doze meses (art. 72, IV), acrescido de "custo administrativo" de 30% (idem, art. 73). - Tratando-se de dívida, real ou suposta, de período pretérito e definido, não atual, não se admite o corte do serviço essencial de energia elétrica - Recurso não provido”* (Apelação nº 9120647-95.2005.8.26.0000, 29ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SILVIA ROCHA**, j. 15/06/2011).

*“Prestação de serviço – Energia elétrica -Fraude – Ausência de comprovação - Ausência de prova inequívoca de fraude - Procedimento*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*administrativo sem contraditório - Ônus probatório imposto pelo art. 333, II, do CPC - Sentença mantida - Recurso não provido*” (Apelação nº 0013533-42.2007.8.26.0176, 37ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ROBERTO MAC CRACKEN**, j. 19/05/2011).

No caso em exame, a ré limitou-se a trazer aos autos o TOI em apreço, mas em momento algum acostou a perícia do aparelho elaborada por órgão oficial ou que no mínimo atuasse por delegação do Poder Público.

A conclusão que se impõe a partir do quadro delineado é a de que não há suporte suficiente para a dívida cobrada pela ré e bem por isso a declaração de sua inexigibilidade transparece de rigor.

A pretensão deduzida, porém, não vinga relativamente à indenização para reparação dos danos morais invocados pela autora.

A par de admitir que a indevida negativação (foi isso o que aqui se deu à míngua de respaldo para a inscrição da autora e para a sua permanência após a respectiva quitação) dê margem a isso, os documentos de fls. 90/91 e 149/150 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização postulada consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nem se diga que as demais negativas seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributário aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Consequentemente, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estará irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, assim, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, no importe de R\$ 4.448,99 e vencimento previsto para 25/04/2012.

Torno definitiva a decisão de fls. 86/87, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 27 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**